



**COMUNICAÇÃO DE ABERTURA AO PÚBLICO DE
EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS EM CASO DE
AUSÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO PARA FINS TURÍSTICOS**

*(ao abrigo do artigo 31º do Decreto-lei nº 39/2008, de 7 de Março,
na redação introduzida pelo Decreto-lei nº 228/2009, de 14 de
Setembro)*

Espaço reservado aos serviços

Despacho:

Nº Reg. DUR _____ Data: ____/____/____
Nº Guia: _____ Valor: _____ Rubrica: _____

Exm.º Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sintra

Nota :

*Este documento substitui o alvará de licença ou autorização de utilização
turística na ausência de resposta da Câmara Municipal no prazo fixado para
a abertura.*

DATA PREVISTA PARA A ABERTURA

_____|_____|_____|-|_____|_____|_____|-|_____|_____|_____|
(dia) (mês) (ano)

1. DECLARAÇÃO

_____**titular**

**da exploração do empreendimento declara, com plena responsabilidade, que este cumpre
toda a legislação aplicável aos empreendimentos turísticos, nomeadamente em matéria de
instalação e equipamentos, higiene e segurança do trabalho e de ambiente.**

Data: ____|_____|_____|-|_____|_____|_____|-|_____|_____|_____|
(dia) (mês) (ano)

(Assinatura)

(Carimbo da Empresa)

[illegible][illegible]

3. CARACTERIZAÇÃO

Estabelecimento Hoteleiro	<input type="checkbox"/>
Aldeamentos turísticos;	<input type="checkbox"/>
Apartamentos turísticos;	<input type="checkbox"/>
Empreendimentos de turismo de habitação;	<input type="checkbox"/>
Empreendimentos de turismo no espaço rural;	<input type="checkbox"/>
Empreendimentos de turismo da natureza.	<input type="checkbox"/>
Parque de Campismo e caravanismo	<input type="checkbox"/>
Conjunto Turístico (resorts)	<input type="checkbox"/>

1.3. Capacidade Máxima Provisória:

1.4 Breve descrição da composição do empreendimento

1.5. Classificação da Atividade Económica exercida no empreendimento

[illegible]

☐ Autorizo que as notificações no âmbito deste pedido sejam efetuadas por via eletrônica, nos termos do artº 121º do RJUE, para o seguinte e_mail: _____@_____

DOCUMENTOS ANEXOS

Fotocópia do cartão de pessoa coletiva ou, no caso de empresário em nome individual, do bilhete de Identidade, caso não conste já do processo ☐

Fotocópia da certidão do Registro Comercial atualizada (menos de um ano) ou declaração de início de atividade no caso de empresário em nome individual, caso não conste já do processo ☐

Termos de responsabilidade a que se referem as alíneas a) a c) do n.º 2 do artigo 30.º do diploma, caso ainda não tenham sido entregues com o pedido aí referido, a saber:

a) Termo de responsabilidade subscrito pelos autores do projeto de arquitetura das obras e pelo diretor de fiscalização de obra, no qual atestam que o empreendimento respeita o projeto aprovado e, sendo caso disso, que as alterações introduzidas no projeto se limitam às alterações isentas de licença nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do regime jurídico da urbanização e da edificação, juntando a memória descritiva respetiva

b) Termo de responsabilidade subscrito pelo autor do projeto de segurança contra incêndios, assegurando que a obra foi executada de acordo com o projeto aprovado e, se for caso disso, que as alterações efetuadas estão em conformidade com as normas legais e regulamentares aplicáveis em matéria de segurança contra riscos de incêndio, ou, em alternativa, comprovativo da inspeção realizada por entidades acreditadas nesta matéria;

c) Termo de responsabilidade subscrito pelos autores dos projetos de especialidades relativos a instalações elétricas, acústicas, energéticas e acessibilidades ou, em alternativa, comprovativo das inspeções realizadas por entidades acreditadas nestas matérias, atestando a conformidade das instalações existentes.

Termo de responsabilidade subscrito pelo promotor da edificação, assegurando a idoneidade e corretas acessibilidades do edifício ou sua fração autónoma para os fins a que se destina e que o mesmo respeita as normas legais e regulamentares aplicáveis, tendo em conta o uso e classificação previstos

Auto de vistoria de teor favorável à abertura do estabelecimento elaborado pelas entidades que tenham realizado a vistoria prevista nos artigos 64.º e 65.º do regime jurídico da urbanização e da edificação, quando esta tenha ocorrido

No caso de a vistoria ter imposto condicionantes, termo de responsabilidade assinado pelo responsável da direção técnica da obra, assegurando que as mesmas foram respeitadas. ☐

Instruções

- ☐ Exibir número de identificação de pessoa coletiva (NIPC) ou número de identificação de pessoa singular (NIF)

Nota:

- No caso de **peçoas coletivas** deve ser apresentado documento onde se verifique a legitimidade de quem tem poderes para assinar;
- Na qualidade de **mandatário**, deve juntar procuração;
- Os presentes dados irão ser objeto de tratamento informático, tendo o requerente direito de informação nos termos do nº1 e 2 do artº 10º da Lei 67/98 de 26.10.1998, a qual transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 95/46/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 1995, relativa à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados - Lei da Proteção de Dados Pessoais.

Direito à Informação

- Responsável pelo tratamento → Presidente da Câmara
- Finalidades de tratamento → Tratamento informático do processo do requerente.
- Destinatários ou categorias de destinatários dos dados → serviços municipais interventores no processo.
- As respostas aos dados integrantes no formulário são obrigatórias.
- Os dados disponibilizados podem ser acedidos e alterados pelo requerente.

Base Legal:

Decreto-lei nº 39/2008, de 7 de Março, na redação introduzida pelo Decreto-lei nº 228/2009, de 14 de Setembro

DECLARAÇÃO DE PEÇAS ENTREGUES

5/4

Página n.º _____
Processo: _____
OB/_____/_____
Rubrica: _____

Verificado _____

Relativas a _____, (identificar o procedimento) nos termos do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações vigentes, de acordo com disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 67.º do RMUECS.

Instruções de preenchimento: As páginas deverão vir numeradas no canto superior direito de forma sequencial e devidamente rubricadas em cor azul. No caso de se tratar de pedidos com número de processo já atribuído, o mesmo deverá ser acrescido à numeração supra referida.

A organização obrigatória dos documentos, deve respeitar a ordem sequencial dos mesmos, constante da portaria legal em vigor e RMUECS, para a operação urbanística pretendida.

Exemplo:

Página n.º _____
Processo: _____
OB/_____/_____
Rubrica: _____

DESCRIÇÃO DOS ELEMENTOS	PÁGINAS:	VER.
1. Requerimento com folhas de taxas e preparo	01 a ____	
2. Declaração de peças entregues	____ a ____	
3. Legitimidade (discriminar todos os elementos deste item) _____ _____ _____ _____	____ a ____	
4. Certidão da Conservatória do Registo Predial	____ a ____	
5. _____	____ a ____	
6. _____	____ a ____	
7. _____	____ a ____	
8. _____	____ a ____	

O requerente/ técnico

Página n.º _____
 Processo: _____
 OB/_____/_____
 Rubrica: _____

Verificado _____

DESCRIÇÃO DOS ELEMENTOS	PÁGINAS:	VER.
9. _____	____ a ____	
10. _____	____ a ____	
11. _____	____ a ____	
12. _____	____ a ____	
13. _____	____ a ____	
14. _____	____ a ____	
15. _____	____ a ____	
16. _____	____ a ____	
17. _____	____ a ____	
18. _____	____ a ____	
19. _____	____ a ____	
20. _____	____ a ____	
21. _____	____ a ____	
22. _____	____ a ____	
23. _____	____ a ____	
24. _____	____ a ____	

O requerente/ técnico

Página n.º _____
 Processo: _____
 OB/_____/_____
 Rubrica: _____

Verificado _____

DESCRIÇÃO DOS ELEMENTOS	PÁGINAS:	VER.
25. _____	____ a ____	
26. _____	____ a ____	
27. _____	____ a ____	
28. _____	____ a ____	
29. _____	____ a ____	
30. _____	____ a ____	
31. _____	____ a ____	
32. _____	____ a ____	
33. _____	____ a ____	
34. _____	____ a ____	
35. _____	____ a ____	
36. _____	____ a ____	
37. _____	____ a ____	
38. _____	____ a ____	
39. _____	____ a ____	
41. _____	____ a ____	

O requerente/ técnico